

Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
Joel Marcos Brasil de Sousa Batista

## ENTRE MARIANNE E CLOTILDE: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1896)<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa analisar as representações republicanas imagéticas da mulher, como símbolo do regime republicano, fabricadas durante os primeiros anos da República (1889–1896) e como estavam relacionadas com a realidade da mulher; somado com essa análise foram investigadas as semelhanças e diferenças dessas representações simbólicas, com os modelos da propaganda da república francesa. A pergunta norteadora deste artigo foi: por que a representação feminina ter sido construída como símbolo na propaganda republicana? Foram utilizadas como fontes históricas: pinturas de *La liberté guidant le peuple* (1831), *La République* (1848), *Glória e Pátria* da *Revista Ilustrada* (1889) e *Alegoria da República* (1896).

**Palavras-chave:** Brasil Republicano; Símbolos; Mulher.

## **BETWEEN MARIANNE AND CLOTILDE: THE FEMALE REPRESENTATION IN THE REPRESENTATIONS OF THE BRAZILIAN REPUBLIC (1889-1896)**

### **ABSTRACT**

This article aims to understand the woman as a symbol of the republican regime, the imgetic and symbolic republican representations, created during the early years of the Republic (1889–1896) and how they were related to the reality of women; In addition to this analysis, the similarities, and differences of these symbolic representations investigated, with the models in the propaganda of the French republic. The guiding question of this paper was: why was female representation constructed as a symbol in Republican propaganda. This article had as historical sources, the paintings of *La liberté guidant le peuple* (1831) by Eugène Delacroix, *La République* (1848), *Glória e Pátria* of *Revista Ilustrada* (1889) and *Alegoria da República* (1896).

**Keywords:** Republican Brazil; Symbols; Woman.

## **ENTRE MARIANNE Y CLOTILDE: LA REPRESENTACIÓN FEMENINA EN LAS REPRESENTACIONES DE LA REPÚBLICA DE BRASIL (1889-1896)**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo analizar las representaciones republicanas imagéticas y simbólicas de la mujer, como símbolo del Régimen Republicano, realizadas durante los primeros años de la República (1889-1896) y cómo se relacionaban con la realidad de la mujer; además de este análisis, se indagaron las similitudes y diferencias de estas representaciones simbólicas, con los modelos presentes en la propaganda de la república francesa. La pregunta que guiaba este trabajo era: ¿por qué se construyó la representación femenina como símbolo en la propaganda republicana. Este artículo tuvo como fuentes históricas las pinturas de *La liberté guidant le peuple* (1831), *La République* (1848), *Glória e Pátria* da *Revista Ilustrada* (1889) y *Alegoria da República* (1896).

**Palabras-clave:** Brasil Republicano; Simbolos; Mujer.

## INTRODUÇÃO

A deposição do regime monárquico e a instauração do regime republicano, ocorrido no episódio do dia 15 de novembro, resultaram segundo o historiador Fausto (2006): “[...] da iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno, mas decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia [...]” (Fausto, 2006, p.235). A Proclamação da República foi protagonizada pelo Exército, contando com o apoio das elites políticas e econômicas, sendo que a mudança do regime monárquico para o regime republicano não teve participação e mobilização popular, entretanto, isso não significa que era inexistente a circulação de ideias republicanas nos meios populares.

Apesar da república ter sido implantada com quase nula participação popular, o historiador Carvalho (1990) defende que não significa ausência da necessidade do regime republicano de fabricar uma ideologia própria, visando o enraizamento e legitimação social no imaginário coletivo da população. O historiador pontua que a fabricação de um imaginário coletivo é essencial para qualquer regime político, pois é:

[...] por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial o coração, isto é, as aspirações, os medos e as aspirações de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...] (Carvalho, 1990, p.10).

Vale salientar que esse trabalho visa analisar as representações imagéticas e simbólicas produzidas pelos intelectuais republicanos nos primeiros anos do governo republicano (1889–1896), em especial, as alegorias simbólicas que utilizavam a imagem da mulher para representar o regime republicano. Somado com as análises de suas inspirações que remetem à antiguidade greco-romana e a república francesa, foram analisadas as pinturas *La liberté guidant le peuple* (1831), de Eugène Delacroix, e *La République* (1848), de Honoré Daumier, como fontes históricas culturais acerca da construção dos significados das alegorias femininas.

Ademais, foi investigado a idealização que os positivistas brasileiros possuíam com a imagem da mulher e seu papel perante à sociedade, a fim de entender os modelos simbólicos das alegorias francesas referentes a imagem da república apropriadas pelos republicanos brasileiros, tendo como fontes históricas a coluna da *Revista Ilustrada: Glória e Pátria* (1889), de Pereira Neto, e o quadro *Alegoria da República* (1896), de Manuel Lopes Rodrigues.

Além disso, sendo trabalhado acima do porquê dessa tentativa de imitação do modelo francês na construção dos símbolos alegóricos que utilizaram a imagem da mulher para representar a república brasileira e foi salientado também as singularidades da sociedade brasileira. O presente trabalho dialogou com o referencial historiográfico os autores José Murilo de Carvalho, Marcos Napolitano e Lilian Moritz Schwarcz, objetivando analisar a conjuntura política, cuja as representações simbólicas foram construídas e fabricadas.

Outrossim, como fundamento teórico, utilizamos o conceito de ideologia segundo o teórico Pierre Bourdieu, o conceito de apropriação do historiador Roger Chartier e a análise da carga simbólica das representações de acordo com a concepção teórica do Pierre Bourdieu e Sandra Pesavento.

## A IDEOLOGIA REPUBLICANA E SUAS VERTENTES BRASILEIRAS

Primeiramente, vale insinuar que a construção ideológica de um sistema político, para o historiador Carvalho (1990), é a fonte de legitimação clássica de qualquer regime político da modernidade, principalmente, por trazer uma: “[...] justificação racional da organização do poder [...]” (Carvalho, 1990, p.10), no intuito de enraizar socialmente essa ideologia no imaginário social da população. As ideologias republicanas, começaram a ter força no Brasil a partir do *Manifesto Republicano de 1870*,<sup>2</sup> entretanto, apesar de os republicanos concordarem que a monarquia era um regime político ultrapassado e arcaico, os mesmos “[...] não formavam um bloco político e ideológico coeso [...]” (Napolitano, 2020, p.17).

As principais correntes republicanas presentes no período da implantação do regime republicano, segundo o historiador Napolitano (2020), que pressupunha um modelo de organização da sociedade e um projeto de poder, eram as ideologias: liberal-federativa,<sup>3</sup> positivista<sup>4</sup> e jacobinista<sup>5</sup>. Essas vertentes políticas, conforme o historiador Carvalho (1990), não expressavam suas ideologias apenas no nível do discurso, devido suas inacessibilidades a um público de baixo nível de escolarização, necessitando-se da difusão dessas ideologias por meio de símbolos, imagens e mitos por possuírem uma: “[...] leitura mais fácil [...]” (Carvalho, 1990, p.10) e de simples interpretação.

As fontes representativas visuais são elementos poderosos de “[...] projeção de interesses, aspirações e medos coletivos [...]”, pois possuindo êxitos, esses imaginários podem: “[...] plasmar visões de mundo e modelar condutas [...]” (Carvalho, 1990, p.10-11). De acordo com a historiadora Pesavento (2003), as cargas simbólicas presentes nas representações imagéticas são mais do que aquilo que são mostradas, porque apresentam sentidos ocultos, “[...] que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo [...]” (Pesavento, 2003, p.41), isto é, são recebidas como naturais para a sociedade, dispensando uma análise reflexiva por ter adentrado no imaginário social da população.

Todavia, na formulação das disputas dessas imagens e símbolos, a proposta dos republicanos brasileiros esbarrava em um problema extremamente significativo: quem representaria o povo? Qual seria a imagem/rosto desse novo regime? E quais os símbolos utilizados pelo novo regime que seriam opostos ao regime monárquico?

Nesse contexto, é evidente que as representações por serem construídas com uma intencionalidade, elas visam impor, “[...] uma autoridade à custa de outros, por eles menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]” (Chartier, 2002, p.17).

Portanto, percebe-se que pra legitimar socialmente e politicamente o novo regime político, os propagandistas/intelectuais republicanos possuíam a missão de construir uma identidade republicana para a população que expressasse sua ideologia, explicando-a por meio de símbolos, ritos, alegorias e mitos de modo a consolidar no imaginário da população o sentimento republicano, ao mesmo tempo que afastasse o sentimento de identidade e pertencimento da população ao regime monárquico.<sup>6</sup>

### **A INSPIRAÇÃO DAS ALEGORIAS FRANCESAS QUE REPRESENTAVAM A REPÚBLICA COM A ALEGORIA FEMININA**

De acordo com o historiador Carvalho (1990), um dos elementos mais populares da simbologia republicana, inspirada no modelo francês, foi a alegoria feminina para representar a república. O autor salienta que os franceses republicanos utilizaram a imagem da mulher para aludir e representar a república, para afastar a imagem do regime monárquico, o qual era representado pela figura do rei, o homem que era a representação do próprio povo. Além do mais, após a deposição da monarquia francesa e a decapitação simbólica do rei, “[...] novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a república, revolução, a própria pátria [...]” (Carvalho, 1990, p.75).

É importante salientar que a construção da identidade de um povo/sociedade a um regime político, segundo a historiadora Pesavento (2003), é importante por possuir: “[...] uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento [...]”, ademais, essa ideia de pertencimento em uma sociedade, “[...] produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença [...]” (Pesavento, 2003, p.89-90).

Essa coesão social impulsionada, através do sentimento de identidade, é importante a qualquer regime político e

nação, por impulsionar uma devoção desinteressada por parte da população, a qual requer “sacrifícios” (Anderson, 2008, p.202) em prol do regime político instaurado.

Esse entendimento de formação de uma cultura identitária relacionada com laços dos indivíduos com o coletivo, o qual compõe um “povo”, segundo o historiador Hobsbawn (1990), foi uma construção lenta, impulsionada pelo impacto da Revolução Francesa, com ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Entretanto, na França revolucionária após a revolução, esse sentimento de pertencimento da população com uma “comunidade imaginária” não foi consolidado, pois a população possuía sentimento de pertencimento com a monarquia. Nesse contexto, foi de extrema importância os republicanos franceses formularem um sentimento de identidade para a população, como pertencentes a uma Nação, sendo que na construção dessa identidade como uma comunidade, seus membros passam a procurar: “[...] coisas em comum, lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolos [...]” (Hobsbawn, 1990, p.111), que os fazem parte de algo em comum.

Vale investigar a maneira como a mulher foi representada pelos revolucionários franceses, como símbolo republicano nas pinturas dos franceses Eugène Delacroix e Honoré Daumier. Observa-se na Imagem 1:

Imagem 1 - *La liberté guidant le peuple* (1831)



Fonte: DELACROUX, Eugène (1831). *La liberté guidant le peuple* (óleo sobre a tela 2,60cm x 3,65cm). Paris: Musée du Louvre. Link de acesso: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/a-liberdade-guiando-o-povo-eugene-delacroix/>.

A Imagem 1 corresponde ao quadro *La liberté guidant le peuple* (1831), pintado pelo francês Eugène Delacroix, na conjuntura política da Revolução Francesa de 1830. Observa-se na centralidade a figura da mulher representando os símbolos republicanos: primeiro, o barrete frígio cobrindo os cabelos, utilizado pelos revolucionários franceses; a bandeira tricolor da França aludindo a liberdade, igualdade e fraternidade; a baioneta caida na mão direita que pode representar uma arma popular utilizada para resistir ao governo tirânico. Além desses elementos, ressalta-se a mulher empunhando a bandeira da França, com a mão direita guiando o povo, possuindo uma posição de liderança/comando, intermediada por uma expressão serena, “[...] no campo de batalha no meio de mortos e feridos nas barricadas de Paris [...]” (Carvalho, 1990, p.76).

Na alegoria apresentada no quadro de Eugène Delacroix, é evidente o destaque na imagem dos seios da mulher descobertos, porém, essa simbologia não representa algum tipo de significado erótico da mulher, mas sim o caráter materno da mulher referente a questão da fertilidade e da procriação, referindo-se à continuidade dessa liberdade. Ademais, a própria imagem da mulher, pintada por Eugène Delacroix, foi inspirada numa pessoa real, Marie Deschamps.<sup>6</sup>

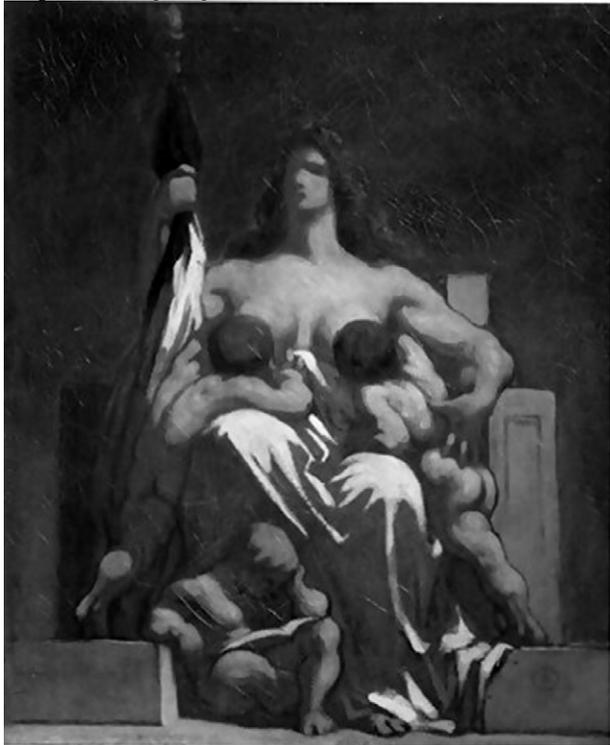
Todavia, em contraposição, a alegoria da mulher belicosa e guerreira presente no quadro de Delacroix, foi fabricada a imagem da mulher como símbolo republicano que representava sua função: como mãe e protetora, presente na Imagem 2.

Percebe-se na representação do regime republicano, a efigie de uma mulher sentada num trono — possivelmente representando o soberano do Estado, isto é, o povo — sendo exibida numa figura heroica e materna, visto que na mão direita a mulher está segurando a bandeira da França, simbolizando os ideais da Revolução Francesa, enquanto amamenta seus filhos.

A representação de Honoré Daumier, diferente da figura da mulher belicosa e guerreira de Delacroix, pinta uma mulher “protetora e mãe”, possivelmente por

tratar-se de uma República já instaurada, e a “liberdade” não precisava ser conquistada. Ademais, na pintura de Daumier, nota-se a ausência do barrete frígio vermelho na cabeça da mulher, que simbolizava a radicalidade presente nas revoluções, a qual em contrapartida, observamos uma mulher mais materna.

Imagem 2 - *La République* (1848)



Fonte: DAUMIER, Honoré. (1848). **Lá République** (óleo sobre a tela 73cm x50 cm). Paris: Musée d'Orsay. Link da imagem: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/1542>.

Portanto, percebemos nessas duas representações simbólicas – a pintura de Eugène Delacroix e de Honoré Daumier – que a imagem feminina foi muito utilizada pelos republicanos franceses na construção de seus símbolos, alegorias, monumentos cívicos com o objetivo de construir um sentimento de identidade entre a população aos novos símbolos cívicos do regime republicano, além de representar os ideais desse regime, especialmente referente a república, distanciando-se da alegoria masculina, que remetia ao monarca.

## A ALEGORIA DA MULHER NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL

Antes de entender a apropriação dos modelos alegóricos franceses pelos republicanos brasileiros, é importante salientarmos a idealização que os republicanos positivistas brasileiros tinham com a imagem da mulher devido à idealização da mesma elaborada pelo ideólogo fundador da doutrina positivista, Augusto Comte.

Destacamos os republicanos positivistas, porquê de todas as correntes republicanas, os positivistas ortodoxos foram os grupos mais ativos referente à tentativa de torna a república um regime aceito e amado pela população. As suas armas “[...] foram a palavra escrita e os símbolos cívicos [...]” (Carvalho, 1990, p.129).

O positivismo de Augusto Comte, segundo o historiador Carvalho (1990, p.27) possuía forte ênfase no cientificismo, rejeitando ideias idealizadoras e místicas, sendo consideradas pelo mesmo como supersticiosas e ultrapassadas, a república nesse contexto emerge como a evolução natural do regime monárquico hereditário, por ser um regime que não é baseado pela religião – o monarca ser escolhido por Deus para governar – mas por critérios científicos e técnicos.

Porém, após o encontro de Augusto Comte com a Clotilde de Vaux (em 1845)<sup>7</sup>, “[...] sua obra sofreu uma mudança profunda [...]” (Carvalho, 1990, p.21), pois os elementos religiosos e místicos começaram a aparecer na sua ideologia, predominando sobre os aspectos científicos, especialmente, tratando-se da idealização da família, pátria, convivência comunitária e a mulher, sendo esta última a representação “ideal da humanidade” (Carvalho, 1990, p.81).

De acordo com os ideais positivistas, a república era a representação da melhor forma de governo, de organização para a pátria e do futuro da humanidade. A alegoria feminina para os positivistas era a representação

do regime republicano, considerado um regime voltado ao progresso da humanidade, um símbolo perfeito, por ser a mulher considerada a zeladora da humanidade, devido sua função de esposa e mãe, a guardiã do lar, pois “[...] era assim que a mulher garantia a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade [...]” (Carvalho, 1990, p.93).

No entanto, a construção da mulher como alegoria cívica para o novo regime, estava enquadrada na tentativa de os republicanos positivistas instruírem a população por meio da educação, símbolos que afastassem o sentimento de pertencimento com o regime monárquico. Nesse sentido, devemos entender que os positivistas por meio da construção de símbolos queriam construir um sentimento de identidade da população brasileira com a jovem república, através dessas alegorias.

A função didática da alegoria seria promover processos cognitivos educacionais formais e informais, gerados especialmente pela visão, como principal sentido exercitado no processo ensino-aprendizagem, vivenciado especialmente, nos bancos escolares mediante a prática dos processos pedagógicos.

Vale ressaltar que, as alegorias femininas utilizadas pelos positivistas brasileiros, foram uma apropriação do modelo francês. Exemplo de alegoria feminina brasileira que possui nítida inspiração com as alegorias femininas da França pode ser observada na Imagem 3:

A Imagem 3 tem a imagem retirada da *Revista Ilustrada*, com o título de *A Proclamação da República no Brasil* (1889), foi publicada na conjuntura da proclamação da República no Brasil, percebemos a clara inspiração da imagem da mulher guerreira com os moldes franceses, apesar de ter nítidas modificações.

A imagem simula a rendição do regime monárquico para a república, sendo evidente essa analogia por causa da coroa imperial — o poder político do Estado — ser entregue a imagem da mulher pelo presidente de gabinete de ministros — representante do governo Imperial — o Visconde de Ouro Preto, o qual está curvado diante da presença da mesma.

Imagem 3 – *Glória e Pátria* (1889)



Fonte: NETO, Pereira (1889, nov). *Glória e Pátria*. In: A proclamação da República no Brasil, REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 569. Link de acesso: [http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747\\_1889\\_00569.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1889_00569.pdf)

Nota-se nesta imagem a ausência da figura do Imperador D. Pedro II que pode representar uma alusão ao seu exílio, símbolo da impotência da monarquia diante da vinda do regime republicano. Ademais, o exemplo da capa da *Revista Ilustrada* (1889), fica evidente que elementos da simbologia francesa foram adaptados, mediante a realidade que o Brasil estava inserido.

Percebe-se que: diferente das imagens das alegorias francesas como *La liberté guidant le peuple* (1831), de Eugène Delacroix, e a *La République* (1848), de Honoré Daumier, a mulher está bem vestida, com vestimentas que remetem aos trajes greco-romanos, aludindo a imagem da deusa Atenas, armada com o escudo, simultaneamente, enquanto segura a bandeira da “Nação”, que tem um formato de lança e contém a presença de uma coroa de louros, na mão esquerda possui uma espada que está em torno de coroas de louros.

Outrossim, nota-se que a mulher, está pisando em ossos humanos, sendo que este elemento pode aludir ao confronto e à vitória gloriosa no campo de batalha. Estes detalhes de caráter militarista, podem estar aludindo a instauração da república proclamada pela ação dos militares e a presença dos mesmos no novo regime.

Contudo, é visível na imagem a utilização da figura do proclamador da república, marechal Deodoro da Fonseca, montado a cavalo, porém, aparece como coadjuvante, estando em segundo plano, sendo que sua “[...] figura física, que lembrava a do outro ilustre velho, o imperador [...]” (Carvalho, 1990, p.56).

A descentralidade intencional da imagem do marechal Deodoro da Fonseca, devido sua aparência lembrar a de D. Pedro II, cumpre o principal objetivo da produção dessas simbologias, instruindo o povo no novo regime e apagando a imagem do governo anterior.

Também, outro ponto que chama atenção nessa imagem é ausência do povo. Percebe-se que, tirando a imagem da mulher, de Deodoro da Fonseca e do Visconde de Ouro Preto, os outros sujeitos presentes na ilustração, estão em forma de sombra, tendo alguns traços que remetem as elites políticas — atrás de Deodoro — e os militares — atrás da mulher. A ausência do povo, pode referir-se à ausência da população na implementação do novo regime, ou também, pode estar referindo ao próprio exército ver-se como povo<sup>8</sup>.

Neste sentido, a república personificada pela mulher evoca o pertencimento e o protagonismo do exército brasileiro, como elaborador do processo republicano, gerando os significados sociais, culturais, políticos, estabelecendo, portanto, um regime de verdade.

Essas simbologias republicanas, trazendo simultaneamente a presença da mulher como a imagem da república, com uma simbologia de poder, imponência e determinação estão presentes em outras imagens, como podemos observar na Imagem 4:

Imagem 4 – *Alegoria da República* (1896)



Fonte: RODRIGUES, Manuel Lopes. (1896). *Alegoria da República*. Óleo sobre a tela: (230 cm x 120cm). Salvador: Museu de arte da Bahia. Link de acesso: <http://historiamirim.blogspot.com/2012/02/alegoria-da-republica.html>

Neste quadro, intitulado de *Alegoria da República*, do pintor Manuel Lopes Rodrigues (1861-1917), foi pintado e exposto em um ambiente de instabilidade, o qual o regime foi palco na primeira década do governo republicano<sup>9</sup>.

Percebemos nessa imagem a mensagem de superioridade e força do regime republicano, com a feição de uma mulher séria e decidida, sentada num trono – o símbolo exclusivo da monarquia – concebendo a república como a continuidade natural do regime monárquico, tendo no fundo do trono os símbolos do brasão de armas da república. Além disso, observa-se a mulher sentada no trono com uma a roupa branca simbolizando a paz, contudo, nota-se que seu braço direito está apoiado numa espada, podendo aludir que o regime usará o uso da força e da violência caso seja necessário.

Outrossim, observamos nesta representação a utilização do barrete frígio também presente no quadro *Alegoria da República* (1896), na sua cabeça ao invés de uma coroa de louros, uma coroa de plantas de café, o principal produto agroexportador da economia brasileira no período, utilizando um símbolo genuinamente nacional que também se mistura com elementos da cultura francesa e greco-romana. Observa-se aos pés da república folhas de palmeiras, que representam a vitória e consagração do novo regime.

Entendemos que nessas alegorias simbólicas, a ênfase na serenidade, a benevolência, a racionalidade, a força e a estabilidade com elementos do feminino, também compõem a imagem da república no quadro *Alegoria da República* (1896), entretanto, através desse discurso imagético, podemos perceber a tentativa dos republicanos, especialmente os positivistas, de representarem um regime forte e estável, em meio a um ambiente marcado por instabilidades políticas e econômicas.

Vale salientar, segundo a historiadora Pesavento (2003), que a força das representações “[...] se dá pela capacidade de mobilizar e de produzir reproduzir reconhecimento e legitimidade social [...]” (Pesavento, 2003, p.41). Assim, podemos concluir que a força simbólica não está inserida num regime de veracidade, mas da credibilidade, marcada pela luta entre os grupos que querem definir o que é “real”.

Em conformidade com Bourdieu (1987), o poder simbólico “[...] é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica [...]” (BOURDIEU, 1987, p.9), isto é, uma concepção homogênea e única das representações simbólicas. Todavia, isso não significa que o material simbólico e representativo será incorporado pela sociedade da maneira que os grupos dominantes desejam.

## **O FRACASSO DA ALEGORIA REPUBLICANA FEMININA NO BRASIL**

Conforme o historiador Carvalho (1990), a tentativa dos positivistas brasileiros de propagar os ideais do

regime republicano através da simbologia dos valores republicanos na alegoria feminina, resultou num “estrondoso fracasso” (Carvalho, 1990, p.86). A representação cultural produzida por um grupo dominante a partir de uma apropriação cultural, segundo o Chartier (2002), permite pensarmos “[...] as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção [...]” (Chartier, 2002, p.136), ou seja, precisam ser criações criativas para conseguir a adesão da população.

Nesse sentido, devemos entender que o fracasso dessas representações produzidas pelos positivistas inspirados pelo modelo francês, não logrou êxito, devido à ausência de criatividade na construção de uma estética própria que aludisse a realidade brasileira, sendo que a difusão de uma representação cultural pelos grupos dominantes “[...] não indicam de modo algum o que ela é para os seus usuários [...]” (Certeau, 1998, p.40), isto é, a população não é um sujeito passivo que aceita como verdade tudo que é difundido da cultura dominante para ela.

Diante disso, é evidente que para a consolidação de uma ideologia, de um símbolo ou de uma representação, é necessário estar enraizado socialmente, pois a criação de representações simbólicas, como afirma a historiadora Schwarcz (1998), as representações de uma ideologia não são consolidadas num vazio social, pois os símbolos são criados e reelaborados pelo contexto cultural em que estão inseridos, “[...] além de que o maior ou menor sucesso de sua manipulação encontra-se diretamente vinculado a uma ‘comunidade de sentidos’ [...]” (Schwarcz, 1998, p.20), em outras palavras, a adesão da população é fundamental para o enraizamento e consolidação dessa representação simbólica.

Nesse contexto, vale destacar os fatores que contribuíram para o fracasso da difusão das alegorias femininas republicanas no Brasil. Primeiramente, os republicanos brasileiros, apesar de terem um grande acervo de inspiração francesa acerca da simbologia feminina, não produziram: “[...] uma estética própria, nem buscou redefinir o uso da estética já existente [...]” (Carvalho, 1990, p.86),

como citado anteriormente não adaptaram as alegorias femininas com a realidade brasileira.

Além disso, a centralidade que os positivistas davam a mulher — a representação da república, da liberdade e da humanidade — não abrangia a vida política, pois, apesar da grande ênfase no papel feminino ou da declaração da superioridade da mulher em relação ao homem — Augusto Comte e outros intelectuais positivistas — destacavam e atribuíam o seu papel de esposa, dona de casa e mãe, considerava a política uma atividade menor reservada aos homens. Podemos concluir que essa idealização da mulher presente nos símbolos não contemplava a vida política, mas reafirmava os valores patriarcais enraizados na sociedade.

Ademais, a apropriação da figura da mulher como símbolo republicano não vingou no Brasil, de acordo com Carvalho (1990), por conta da forte formação católica na sociedade brasileira, a população associava as representações alegóricas femininas a imagem da Virgem Maria e não ao simbolismo republicano.

Os próprios valores que os positivistas destacavam à mulher, como símbolo da república, é devido a sua função desempenhada não apenas restrita a procriação, mas também como guardiã do lar, mãe e por ser a responsável pela instrução moral dos futuros cidadãos. É explícito a reafirmação dos valores da sociedade patriarcal e estritamente religiosa, referente ao papel social da mulher.

Segundo o historiador Chartier (2002), uma apropriação cultural de uma representação ou de uma prática cultural — nesse caso uma simbologia religiosa — são práticas contrastantes que devem ser consideradas como concorrências, pois “[...] as suas diferenças são organizadas pelas estratégias de distinção ou de imitação e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízam nas disposições do *habitus* de cada grupo [...]” (Chartier, 2002, p.137).

É evidente que os valores da ideologia positivista de transformar a Virgem-Maria — alegoria da Igreja Católica — na virgem-república não foi consolidada, principalmente, porque a utilização das alegorias femininas foi vista pela sociedade profundamente religiosa, como uma concorrência a uma figura religiosa consolidada e enraizada culturalmente, posto que as características e os valores dessa república eram semelhantes com as crenças presentes na simbologia da Mãe de Jesus.

A mulher representada nas alegorias republicanas, segundo Carvalho (1990), era muito diferente da mulher brasileira, visto que a mulher representada e idealizada nas pinturas/retratos não correspondia com a da realidade, pois a mulher brasileira da época não “[...] tinha lugar no mundo da política, não tinha lugar fora de casa, a não ser nos salões, e nos teatros elegantes [...]” (Carvalho, 1990, p.95).

As mesmas inspirações alegóricas da mulher usada pelos republicanos, foram usadas pelos cartunistas e opositores do regime republicano — inclusive, os que se decepcionaram com o regime ao desenrolar dos acontecimentos — para satirizarem o regime republicano: “[...] a virgem ou a mulher heroica dos republicanos era facilmente transformada em mulher da vida, prostituta [...]” (Carvalho, 1990, p.89). A analogia da mulher para os opositores do regime recém-instalado evocava a idéia de corrupção, a ausência de moral e da ética.

A sociedade brasileira naquele período, segundo o historiador Carvalho (1990), era bastante patriarcal, sendo dominada por uma elite política oligárquica de exclusividade masculina que consideravam política como uma atividade de homem. As mulheres naquela sociedade “[...] não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem [...]” (Carvalho, 1990, p.92), as próprias mulheres acreditavam que não deviam participar da vida pública e isto estava enraizado na mentalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas alegorias femininas produzidas na França na Era das Revoluções e aqui analisadas – *La Liberté guidant le peuple* (1831), de Eugène Delacroix e *La République* (1848), de Honoré Daumier – a mulher remetia aos valores da república. De fato, a mulher na França revolucionária estava presente nas manifestações e lutas da revolução, apesar de terem seus direitos políticos negado, entretanto, nessa situação segundo o historiador Carvalho (1990), “[...] o uso das alegorias tinha uma base de sustentação, o significante não isolava o significado [...]” (Carvalho, 1990, p.92), pois as mulheres participaram das reivindicações populares na e após a revolução.

Entrementes, no Brasil o destaque da participação feminina em eventos de manifestação política na construção das representações republicanas não era verossímil com a realidade, especialmente porque na Proclamação da República, não foi resultado de uma mobilização popular.

No Brasil, as alegorias femininas republicanas afastavam-se da mulher do “povo”, apresentado na capa da coluna *Glória e Pátria* (1889), da *Revista Ilustrada e Alegoria à República* (1896), de Manuel Lopes Rodrigues, a própria utilização da alegoria feminina bem vestida, calçada, com o olhar sereno, afastava qualquer significado de imoralidade — por exemplo, os seios descobertos — ou, que fazia alusão a participação da mulher na sociedade. Portanto, infere-se que a imagem da mulher era idealizada, contudo, reafirmava os sólidos valores do patriarcalismo, que como sabemos excluía as mulheres da cena política.

Segundo o historiador Carvalho (1990) a representação da república na imagem da mulher não se consolidou no contexto brasileiro, principalmente, porque o imaginário, apesar de manipulável, é necessário criar raízes sociais, ou seja, precisa se enraizar mediante a receptividade do contexto e espaço social. Contudo, na ausência desse enraizamento social, a tentativa de criar representações, “[...] de manipulá-los, de utilizá-los

como elemento de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo [...]” (Carvalho, 1990, p.89).

Observamos nesse contexto que os republicanos brasileiros, especialmente, os positivistas, inspiraram no modelo francês para criar os símbolos republicano que representar-se simbolicamente o regime republicano, apropriando-se inclusive da representação feminina que na França aludia a regime republicano, contudo, diferente da França essas representações da alegoria da mulher foi fabricada e difundida sem a preocupação com as singularidades do contexto brasileiro.

No Brasil, diferente da França revolucionária não teve mobilização popular na Proclamação da República. A imagem da mulher liderando os militares ou dela ser o símbolo da república, da liberdade ou da razão não corresponde com a realidade brasileira, pois a mulher não possuía espaço na vida pública, sendo que as próprias mulheres acreditavam que não eram seu espaço está na política.

Na construção de representações segundo as leituras de Pesavento (2003), precisam ter credibilidade estando no universo da verossimilhança, contudo, observamos que as alegorias femininas foram elaboradas pelos republicanos, sem a preocupação com a necessidade de elas criarem raízes nas sensibilidades populares, sendo que não teve um esforço criativo que rompesse com a estética do modelo francês.

A estética e a mulher como símbolo da república não representavam a realidade da mulher brasileira e muito menos o regime republicano brasileiro, pois não possuía espaço na vida pública, aliás, os mesmos intelectuais que exaltavam e enalteciam a mulher, reafirmava os valores patriarcais. Podemos afirmar que essa mulher idealizada não adentrava as sensibilidades populares, por não fazer parte de sua realidade social.

Portanto, concluímos que a tentativa dos republicanos de criar um sentimento de identidade-nacional com a república através das representações alegóricas femininas não se sustentou, diferente da França, espe-

cialmente, por representar uma mulher que não correspondia com a realidade, pois a mulher não possuía espaço na vida política na sociedade, por está subordinada às atividades secundárias, voltadas especialmente aos deveres impostos historicamente pela sua condição de mulher.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. (2008). **Comunidade Imaginarias**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras,

BOURDIEU, Pierre. (1989). **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

CARVALHO, José Murilo de. (1990). **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1987). **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras.

CHARTIER, Roger. (2002). **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lages (Portugal): DIFEL.

CERTEAU, Michel (1998). **A Invenção do cotidiano**. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes.

DAUMIER, Honoré (1848). **Lá République** (óleo sobre a tela 73cm x50 cm). Paris: Musée d'Orsay. Link da imagem: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/1542>.

DELACROUX, Eugene. (1831). **La liberté guidant le peuple** (óleo sobre a tela 2,60cm x 3,65cm). Paris: Musée du Louvre. Link de acesso: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/a-liberdade-guiando-o-povo-eugene-delacroix/>

DOLHNIKOFF, Mirian. (2020). **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto.

FAUSTO, Boris. (2006), **História do Brasil**. 12º ed. São Paulo: UNESP.

HOBSBAWN, Eric J. (1990). **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Parole, Anna Maria Quintino. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NAPOLITANO, Marcos. (2020). **História do Brasil República**: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto.

NETO, Pereira. (1889). **Glória e Pátria**. In: A proclamação da República no Brazil, REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, nº 569, 16 nov. Link de acesso: [http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747\\_1889\\_00569.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1889_00569.pdf).

PESAVENTO, Sandra Jatayh. (2003). **História & História Cultural**. Belo Horizonte (MG): Autentica.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. (2010, out/dez). *Manoel Lopes Rodrigues e a Alegoria da República (1896)*: do cotidiano da política à imortalidade do Panteão. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4. Disponível em: [http://www.dezenovevinte.net/obras/mlr\\_rapi.htm](http://www.dezenovevinte.net/obras/mlr_rapi.htm)

RODRIGUES, Manuel Lopes (1896). **Alegoria da República**. Óleo sobre a tela: 230 cm x 120 cm. Salvador: Museu de arte da Bahia. Link de acesso: <http://historiamirim.blogspot.com/2012/02/alegoria-da-republica.html>.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. (1998). **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras.

## NOTAS

- 1 Essa pesquisa foi financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), associado com o programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 2 O Manifesto Republicano de 1870 é considerado um marco das ideias republicanas no Brasil, pois apesar de existirem vozes republicanas no Brasil, desde a inconfidência mineira, eram minoritárias, porém, a partir de 1870 esse quadro mudou, pois “[...] no interior da tradicional elite política surgiram defensores da República [...]” (DOLHNIKOFF, 2020, p.161), sendo que, esses integrantes do movimento republicano, eram dissidentes do Partido Liberal.
- 3 A corrente liberal-federativa, segundo Marcos Napolitano, era formada pelas oligarquias organizada em torno dos partidos republicanos regionais, seu projeto político “[...] defendia uma república liberal, de natureza federalista, baseada em leis que consagravam a liberdade individual, mas com restrições à extensão da cidadania eleitoral e política [...]” (Napolitano, 2020, p.20).
- 4 A corrente positivista era uma ideologia particularmente forte no Exército, o projeto dessa ideologia de acordo com Marcos Napolitano, “[...] era construir um governo centralizado e tutelar que estimulasse a modernização econômica, a alfabetização das classes populares e determinadas reformas sociais [...]” (Napolitano, 2020, p.20).
- 5 A corrente dos jacobinos era formada por classes médias urbanas, funcionários públicos e trabalhadores qualificados, segundo Marcos Napolitano, defendiam: “[...] reformas sociais que distribuíssem renda e incluíssem as massas na vida política nacional [...]”, ademais, essa corrente mesclava “[...] elementos de um republicanismo radical com a defesa de direitos sociais defendido por um Estado forte e centralizado [...]” (Napolitano, 2020, p. 20).
- 6 O historiador José Murilo de Carvalho apresenta a hipótese de que a monarquia foi deposta justamente no período em que alcançou o ápice de popularidade, “[...] em parte em consequência da abolição da escravidão [...]” (Carvalho, 1987, p. 29).
- 7 Segundo o historiador Carvalho (1990), Eugene Delacroix, inspirou-se no seu quadro *La liberté guidant le peuple* (1831), em Marie Deschamps, uma combatente em uma das barricadas da Revolução Francesa de 1830.

- 7 Charlotte Clotilde Josephine Marie de Ficquelmont de Vaux (1815-1846), de acordo com o historiador Carvalho (1990, p.129-130), foi a grande paixão do criador da doutrina positivista e das ciências sociais, Augusto Comte, sendo que o mesmo se inspirou nela, para fundar a religião ideal da humanidade, tendo ela como musa, ou seja, mulher modelo, que na visão dele representa o futuro humanidade.
- 8 Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, os militares estavam insatisfeitos com o Governo Imperial, devido às limitações do seu direito de cidadania, entretanto os militares reivindicavam, não renunciando a posição que o Estado dava por possuírem o monopólio das armas, o problema é que devido a contradição ideológica, levou ao desenvolvimento “[...] de uma ideologia segundo a qual o Exército se identificava com o povo [...]” (Carvalho, 1987, p.50).
- 9 A primeira década do regime republicano, segundo o historiador Napolitano (2020, p. 21-23). foi marcada por um período turbulento em que foi palco de revoltas e movimentos armados, gerando grande instabilidade política, como: a Revolta da Armada (1891), a Revolta da Armada II (1893-1894), a Revolução Federativa (1893-1895) e a Guerra de Canudos (1896-1897).

## OS AUTORES

### **Francisco de Assis de Sousa Nascimento**

Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente é professor do departamento de História da UFPI.

E-mail: franciscoufpi@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6305918928692600>

### **Joel Marcos Brasil de Sousa Batista**

Graduando no curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portella. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), associado com o programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: joelmarcosbrasil@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5235906662071695>